

CADERNOS EBAPE.BR

Cadernos EBAPE.BR

ISSN: 1679-3951

Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de
Administração Pública e de Empresas

Farah, Marta Ferreira Santos; Diniz, Ana Paula Rodrigues; Marcondes,
Mariana Mazzini; Youssef, Laís Menegon; Silva, Maria Camila Florêncio da
Gênero e política pública: panorama da produção acadêmica no Brasil (1983-2015)
Cadernos EBAPE.BR, vol. 16, núm. 3, 2018, Julho-Setembro, pp. 428-443
Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas

DOI: 10.1590/1679-395164868

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=323257351009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UAEM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Gênero e política pública: panorama da produção acadêmica no Brasil (1983-2015)

MARTA FERREIRA SANTOS FARAH¹

ANA PAULA RODRIGUES DINIZ¹

MARIANA MAZZINI MARCONDES¹

LAÍS MENEGON YOUSSEF¹

MARIA CAMILA FLORÊNCIO DA SILVA¹

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV EAESP) / ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO, SÃO PAULO – SP, BRASIL

Resumo

Políticas públicas com recorte de gênero, iniciadas no Brasil na década de 1980, ganharam maior centralidade com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) no Governo Federal, em 2003. Isso não significa, contudo, que exista uma agenda de pesquisa consolidada sobre gênero e política pública no país. O objetivo deste estudo foi entender como essas temáticas têm sido incorporadas, de modo articulado, por pesquisas acadêmicas no Brasil. Para tanto, foram analisados 349 artigos científicos disponíveis nos sistemas de indexação SciELO e SPELL entre 1983 e 2015. A partir da pesquisa, mapeou-se um conjunto heterogêneo de estudos, classificado e analisado segundo uma tipologia elaborada com base nos padrões de incorporação das temáticas gênero e política pública. Na análise de cada tipo, investigaram-se ainda: distribuição de autoria; áreas do conhecimento e periódicos de publicação; temas e segmentos populacionais abordados; e abordagem metodológica empregada. Argumenta-se que não há, no Brasil, um campo de estudos sobre gênero e política pública, mas pontos de convergência entre os estudos de gênero e os de política pública. Com este artigo, espera-se contribuir para o desenvolvimento de pesquisas que articulem os dois campos e subsidiar, por meio da metodologia desenvolvida, estudos com outro recorte temporal e em outras bases bibliográficas.

Palavras-chave: Gênero. Política pública. Política pública de gênero. Análise bibliográfica.

Gender and public policy: an overview of academic research in Brazil (1983- 2015)

Abstract

Public policy for gender equality arose in Brazil in the 1980s. It has gained relevance since 2003, due to the institutionalization of the Secretariat of Policies for Women. However, it does not mean that there is a consolidated research agenda on gender and public policy themes in the country. This article aims to investigate how those themes have been incorporated, in an articulated manner, by academic research in Brazil. To do this, 349 articles available on the SCIELO and SPELL platforms between 1983 and 2015 were analyzed. From this analysis, a heterogeneous set of studies was identified, classified according to a typology built from the standards of incorporation of gender and public policy issues. Each type analysis took also into consideration: distribution of authorship; knowledge areas and the journals where the articles were published; themes and the population segments studied; and methodological approaches applied. It is argued that there is not a constituted research field on that subject, but rather points of convergence between the gender studies and the public policy field. This study aims to contribute to the development of a research agenda which articulates those two fields, and to assist other research based on different periods and data sources, through the methodology developed.

Keywords: Gender. Public policy. Gender public policy. Bibliographic analysis.

Género y política pública: panorama de la producción académica en Brasil (1983-2015)

Resumen

Las políticas públicas con perspectiva de género, que empezaron en Brasil en la década de 1980, se volvieron más relevantes desde 2003 con la creación, en el Gobierno Federal, de la Secretaría de Políticas para las Mujeres. Sin embargo, esto no significa que exista en el país una agenda consolidada de investigación acerca de los temas de género y política pública. El objetivo de este estudio es conocer cómo la articulación de estos dos temas ha sido incorporada por la investigación académica en Brasil. Para ello, se analizaron 349 artículos científicos publicados en SCIELO y SPELL entre 1983 y 2015. Se encontró un conjunto heterogéneo de estudios, clasificados y analizados según una tipología elaborada que siguió patrones identificados de incorporación de las temáticas de género y política pública. En el análisis de cada tipología, se investigaron también: distribución de la autoría; áreas de conocimiento y publicaciones; temas y segmentos poblacionales abordados; y enfoques metodológicos empleados. Se concluye que en Brasil no hay un campo de investigación sobre género y política pública, sino puntos convergentes entre dos campos distintos, el de estudios de género y el de política pública. Con este estudio se espera contribuir con la definición de agendas de investigación que vinculen los dos campos y, a través de la metodología propuesta, apoyar otras investigaciones períodos de tiempo y bases bibliográficas diferentes a los aquí estudiados.

Palabras clave: Género. Política pública. Política pública de género. Análisis bibliográfico.

Artigo submetido em 25 de novembro de 2016 e aceito para publicação em 14 de março de 2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395164868>

INTRODUÇÃO

As políticas públicas com recorte de gênero surgiram no Brasil nos anos 1980, no contexto de redemocratização e (re)surgimento dos movimentos sociais. Em 1983 foi criado o Conselho Estadual da Condição Feminina e, em 1985, a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, ambos no estado de São Paulo (FARAH, 2004). Em nível federal, também em 1983 foi instituído o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher e, em 1985, o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (FARAH, 2004; SORJ, 2008). A Constituição Federal de 1988, por sua vez, previu a igualdade e a não discriminação entre mulheres e homens, incluindo um conjunto de proteções específicas, como direitos trabalhistas e previdenciários (BRASIL, 1988).

A incorporação da questão de gênero pela agenda governamental brasileira se deu, em larga medida, em resposta à atuação dos movimentos feministas e de mulheres e sob influência de organismos internacionais. Esse processo não foi, contudo, linear, resultando na crescente reivindicação pela criação de mecanismos institucionais de políticas para as mulheres, nos níveis nacional e subnacional. Somaram-se a isso pressões internacionais, decorrentes de tratados e conferências, a exemplo da IV Conferência Internacional sobre a Mulher de Beijing, de 1995. Procurando responder a essas demandas, em 2003 foi instituída a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) no Governo Federal (BANDEIRA, 2005; PAPA, 2012).

Foi o início da reestruturação das políticas públicas de gênero. Seguindo as diretrizes de Beijing, a SPM adotou o *gender mainstreaming* para sua atuação. Denominada no Brasil *transversalidade de gênero*, essa estratégia visa à reorganização de políticas, setores e rotinas governamentais, para o comprometimento com a igualdade de gênero (BANDEIRA, 2005; PAPA, 2012). Com base na transversalidade, foi desenvolvida a Política Nacional para as Mulheres (BRASIL, 2004), integrada por planos e conferências e pela previsão de mecanismos institucionais similares em nível subnacional. De 2003 a 2015, foram editados três planos nacionais, compostos por iniciativas governamentais a ser realizadas em cada quadriênio (BRASIL, 2004; 2008; 2013).

Essa trajetória se apoiou em uma rede de política pública (*policy network*) (RHODES, 2006), constituída em torno da questão de gênero e composta por atrizes e atores governamentais e da sociedade civil, que participaram de forma ativa na formulação de políticas e planos para as mulheres. E, embora essa rede seja formada também por pesquisadoras(es) e integrantes de comunidades epistêmicas (HASS, 1992), ainda não há levantamentos sistemáticos sobre a incorporação, articulada, das temáticas gênero e política pública por pesquisas acadêmicas no Brasil. Nesse contexto, questiona-se neste estudo se haveria, em âmbito nacional, uma institucionalização, ainda que embrionária, de um novo campo que teria como objeto política pública e gênero.

A institucionalização de um campo científico requer a delimitação de um objeto específico, distinto do abordado por outros campos; a constituição de um discurso comum, que possibilite o debate de ideias e a construção de uma identidade entre as(os) integrantes do campo; e um suporte material, como revistas, instituições e controle de recursos estratégicos (FORJAZ, 1997; OSPINA BOZZI, 1998; MELO, 1999; FARAH, 2016a). Disputas e conflitos perpassam esse processo, tanto na delimitação do campo como na definição do monopólio da autoridade científica entre as atrizes e atores do próprio campo, “definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social” (BOURDIEU, 1983, p. 122). A delimitação de um objeto ou tema comum envolve, por sua vez, a coexistência, frequentemente conflituosa, de distintas definições conceituais e abordagens teóricas.

Partindo desse conceito, este artigo apresenta, em caráter exploratório, um panorama da produção acadêmica nacional sobre gênero e política pública. Para tanto, realizou-se uma análise qualitativa dos padrões de incorporação dessas temáticas em artigos científicos disponibilizados nos sistemas de indexação SciELO e SPELL, de 1983 a 2015. A partir dessa pesquisa, identificou-se um conjunto heterogêneo de estudos, classificado segundo quatro tipos de incorporação das temáticas analisadas. Para construir o panorama, em cada tipo, também foram analisadas: distribuição de autoria; áreas do conhecimento e períodos de publicação; temas e segmentos populacionais estudados; e abordagens metodológicas empregadas.

Este artigo está estruturado em cinco seções, além desta introdução. Na segunda e terceira seções são contextualizados o surgimento e a consolidação dos campos de estudos de gênero e de política pública, com destaque para o cenário brasileiro. Em seguida é detalhado o percurso metodológico, para, no quinto tópico, expor os resultados, organizados por meio das categorias propostas. A última seção apresenta as considerações finais acerca do perfil da produção sobre gênero e política pública no país.

ESTUDOS DE GÊNERO

O desenvolvimento do conceito de gênero está imbricado na história do feminismo. No final do século XIX, em países capitalistas ocidentais, eclodiram manifestações de mulheres que lutavam por seus direitos, com destaque para o sufrágio (LOURO, 1997). Também no contexto de organização de movimentos socialistas, as mulheres enfatizavam as articulações entre opressões de gênero e classe. A partir dos anos 1960, os movimentos feministas passaram a reivindicar um amplo conjunto de mudanças sociais, em especial na Europa Ocidental e nos Estados Unidos da América (EUA) (PINTO, 2010). Nesse cenário de efervescência política e intelectual, o conceito de gênero foi construído e, desde então, foi se reconstituindo, acompanhando a dinâmica de transformações dos movimentos feministas (LOURO, 1997; HARAWAY, 2004).

Tais discussões ganharam espaço no Brasil alguns anos mais tarde, no contexto de ressurgimento dos movimentos feministas e de mulheres, de luta contra a ditadura e de posterior redemocratização (COSTA, 1992; MACHADO, 1992; LOURO, 1997). Inicialmente denominados “estudos de mulher”, as pesquisas desenvolvidas nos anos 1970 focalizavam as mulheres como sujeitos empíricos (MACHADO, 1992), com o objetivo de dar visibilidade a suas experiências – como as relacionadas ao trabalho, à violência e ao aborto –, além de vocalizar contribuições críticas feministas na academia, ainda que de modo “guetizado” (LOURO, 1997).

Na década seguinte, a temática começou a se propagar em encontros científicos de diversas áreas e núcleos de pesquisa sobre o tema foram implantados nas universidades (COSTA, 1992). No entanto, foi em 1990, com a realização do seminário “Estudos sobre Mulher no Brasil: Avaliação e Perspectivas”, organizado pela Fundação Carlos Chagas, que ocorreu o principal “marco na passagem dos estudos de mulher para o estudo de gênero e na reflexão sobre este campo de saber” (MACHADO, 1992, p. 10).

Nesse momento, o conceito de gênero assume a função primordial de desnaturalização da diferença sexual e de sujeição do feminino, evidenciando que essa dinâmica está inscrita em relações sociais e históricas de poder (SCOTT, 1995; MATOS, 2008). Esse objetivo se articula com a busca de legitimação científica da produção desse campo (LOURO, 1997) e, ainda, de questionamento dos paradigmas científicos. A neutralidade e objetividade do saber são problematizadas e outra forma de fazer ciência é proposta, ancorada em categorias analíticas instáveis e complexas e dotadas de reflexividade crítica (HARDING, 1993; MATOS, 2008). Com isso, os estudos de gênero visavam a superar o dilema da “guetização” por meio da constituição de um campo para o qual convergem o aprofundamento disciplinar e o pressuposto epistemológico da interdisciplinaridade (MACHADO, 1992).

Desde então, esse campo vem se consolidando no país, inclusive com a criação de periódicos acadêmicos voltados ao tema, como a revista *Estudos Feministas* e os *Cadernos Pagu* (LOURO, 1997), e com a realização de encontros científicos, a exemplo do “Fazendo Gênero” e do “Desfazendo Gênero”. Nesse contexto, uma multiplicidade de abordagens passou a tensionar as fronteiras do campo. Contribuições como as provenientes dos estudos sobre divisão sexual do trabalho e da economia feminista evidenciaram a importância dessas perspectivas para a crítica e a transformação de projetos societários, conferindo centralidade à sustentabilidade da vida humana e ao cuidado (SILVEIRA e TITO, 2008). Por outro lado, o feminismo interseccional interpelou o conceito de gênero, a fim de articulá-lo com outros sistemas de diferenciação e subordinação, como as relações raciais, étnicas, de classes e de orientações sexuais (LOURO, 1997; CRENSHAW, 2002).

Esse diálogo interdisciplinar e transdisciplinar não se estabeleceu, contudo, de modo uniforme, sendo possível diferenciar “teorias de gênero” de aproximações entre “teorias e gênero”. No primeiro caso, há a reestruturação conceitual e metodológica das pesquisas científicas (MATOS, 2008), apontando os fundamentos patriarcais que relacionam saber e poder, questionando a separação entre sujeito e objeto e denunciando que o “sujeito universal” da ciência é, em verdade, masculino, heterossexual e branco (HARDING, 1993). Já no segundo, as contribuições dos estudos de gênero, embora úteis, limitam-se a uma linha auxiliar ao desenvolvimento teórico e empírico em curso. Isso tem resultado, inclusive, na apropriação dos conceitos do campo de modo despolitizado por diferentes disciplinas, contribuindo para naturalizar as relações de gênero (HARDING, 1993; MATOS, 2008).

Nesse contexto, e diante da crescente importância que as reivindicações por direitos e pela intervenção estatal para superar desigualdades ganharam na agenda dos movimentos feministas e de mulheres nas últimas décadas (SORJ, 2008), questiona-se qual relação vem sendo estabelecida entre os estudos de gênero e os de política pública.

CAMPO DE POLÍTICA PÚBLICA

Os primeiros estudos de política pública foram desenvolvidos nos EUA, nos anos 1950, nas áreas de Ciência Política e de Administração Pública. Buscava-se compreender o funcionamento das políticas públicas, com o intuito de subsidiar o processo decisório e aumentar a eficácia da ação governamental, contribuindo para a resolução de problemas públicos (PACHECO, 2003; FARAH, 2011; COELHO e NICOLINI, 2014). A institucionalização desse campo de estudos e formação, por sua vez, ocorreu naquele país na década de 1960, sob influência do “movimento de análise de políticas públicas”, visando a superar a separação entre política e administração que até então caracterizava o campo de Administração Pública (FARAH, 2011).

No Brasil, estudos de políticas públicas surgiram, de forma embrionária, no contexto do nacional-desenvolvimentismo dos anos 1960, sob influência dos EUA. Por meio de conexões entre instituições dos dois países (FARAH, 2011), buscava-se ampliar as reflexões sobre o “Estado em ação” (O’DONNEL, 1989). Os primeiros estudos sobre “políticas governamentais” ocorreram na Escola Brasileira de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em meados dos anos 1960 (FARAH, 2013). Esses estudos passaram a ser divulgados pela *Revista de Administração Pública*, criada em 1967. No entanto, esse processo foi interrompido durante o regime ditatorial, sendo os estudos sistemáticos sobre políticas públicas retomados apenas no contexto da redemocratização (FARAH, 2016b).

Isso não significa que a ação do Estado tenha deixado de ser analisada. No entanto, as produções acadêmicas se voltaram à análise crítica de políticas setoriais, como as de educação e saúde, sem dar origem a um campo de estudos sobre política pública (MELO, 1999). Esse cenário começou a se alterar nos anos 1980, no contexto de redemocratização e de reconfiguração do papel do Estado, marcado pela descentralização, pela participação social e pela ampliação da noção de público (FARAH, 2011).

Os desafios desse processo definiram uma agenda de pesquisa em que os estudos de política pública assumiram lugar central. Nesse momento, teve início a institucionalização do campo de política pública sob liderança da Ciência Política (MELO, 1999). Destaca-se a criação do Grupo de Trabalho de Políticas Públicas na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) e do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas na Universidade de Campinas (Unicamp). Na Administração Pública, as pesquisas foram gradativamente retomadas, crescendo de modo mais expressivo no final dos anos 1990 (FARAH, 2011). Esse processo foi acompanhado pela criação de subdivisões no Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração e pela instituição de encontros específicos, como o Encontro Nacional de Administração Pública e Governo, nos quais a política pública passa a ser tema de destaque (FADUL, COELHO, COSTA et al., 2014).

A partir dos anos 2000 ocorreu um *boom* de produção acadêmica sobre políticas públicas, além da criação de cursos que incluem formação no tema, em diversas áreas do conhecimento (FARAH, 2016b). Isso conduziu a uma (re)institucionalização do campo, de modo marcadamente interdisciplinar (MARQUES e FARIA, 2013). Esse processo ainda está em curso, envolvendo a redefinição de limites do campo, de seu próprio objeto e de abordagens teóricas e metodológicas.

A expansão da produção acadêmica tem se dado por diferentes vertentes. Primeiramente, há trabalhos centrados no processo de política pública, tendo por referência conceitos e teorias específicas do campo de política pública, tal como se configurou nos EUA, e, a partir daí, em outros países. Essa produção tem se concentrado nas Ciências Sociais, sobretudo na Ciência Política, e na Administração Pública, sendo veiculada em encontros dessas áreas, assim como em periódicos a elas vinculados, como a *Revista de Administração Pública* (FARAH, 2016b).

Em segundo lugar, há uma produção “setorial”, voltada à análise de políticas específicas como saúde e educação, e que se dá no âmbito de disciplinas diretamente ligadas a esses setores e em revistas próprias desses campos (FARAH, 2016b). Por fim, tem crescido a produção no âmbito da institucionalização de um novo campo – o “campo de públicas” – que articula a formação e a pesquisa em política pública à formação em gestão pública e gestão social (FADUL, COELHO, COSTA et al., 2014). Nesse caso, a divulgação se dá tanto em revistas já consolidadas da área de Administração Pública como em novos periódicos, como a revista *Temas em Administração Pública* (FARAH, 2016a).

Estudos sobre o campo de política pública destacam, contudo, que as pesquisas na área apresentam baixa densidade teórica, sendo marcadas pela dispersão temática e pela fragmentação institucional (MELO, 1999; FARAH, 2013). As mesmas fragilidades foram apontadas na produção em Administração Pública, enfatizando-se, ainda, a preponderância de abordagens de caráter normativo-prescritivo (SOUZA, 1998; PACHECO, 2003). Mais recentemente, no entanto, alguns avanços têm sido reconhecidos no desenvolvimento de contribuições teóricas e analíticas na produção brasileira sobre política pública (FARIA, 2012).

Nesse contexto, questiona-se como os estudos de política pública têm abordado a temática gênero. A partir da análise da agenda de pesquisa da agenda societário-governamental emergente nos anos 2000, Farah (2004) salienta que as questões de gênero ainda eram pouco exploradas no campo de política pública. Desde então, destacaram-se alguns esforços de interlocução entre as áreas, como os estudos sobre transversalidade de gênero (BANDEIRA, 2005; PAPA, 2012). Contudo, ainda não há levantamentos sistemáticos sobre como essas temáticas têm sido articuladas por pesquisas nacionais. Nesse sentido, este estudo buscou verificar se há, no Brasil, um campo de política pública de gênero (MATOS, 2008), em que teorias e conceitos desses campos são interseccionados e incorporados de modo articulado, ou se há distintos campos, com alguns pontos de confluência entre política pública e gênero.

PERCURSO METODOLÓGICO

Foram analisados artigos científicos disponibilizados nos sistemas de indexação SciELO e SPELL, o primeiro dos quais abrange periódicos acadêmicos de diferentes áreas do conhecimento (SCIELO, 2016); o segundo limitando-se à área de Administração de Empresas, Administração Pública, Ciências Contábeis e Turismo (SPELL, 2016). O recorte temporal foi de 1983 a 2015, tendo como referência inicial o ano de implantação das primeiras políticas e institucionalidades de gênero no Brasil (FARAH, 2004; BANDEIRA, 2005). No SciELO, a pesquisa foi limitada às áreas do conhecimento Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências da Saúde, que concentravam estudos sobre políticas públicas nos anos 2000 (FARAH, 2016b). Adicionalmente, para mapear a produção nacional sobre o tema, o levantamento nessa plataforma foi restrito à coleção “Brasil”.

Em ambas as bases, não foi utilizado um campo específico para pesquisa (como título, resumo ou palavras-chave), mapeando-se artigos que empregassem as expressões de busca em qualquer parte do texto. Para tanto, foram selecionadas expressões representativas de cada campo do conhecimento, como consta no Quadro 1, utilizando-se combinações em pares (p. ex., “gênero” + “política(s) pública(s)”) e, ainda, expressões não combinadas (p. ex., “*gender mainstreaming*”). O levantamento foi realizado em 2016-2017 e resultou em 420 artigos.

Quadro 1

Expressões de busca utilizadas

Tipo	Estudos de gênero	Campo de públicas
Expressões combinadas	Gênero Mulher(es) Feminismo(s) Feminista(s)	Política(s) pública(s) Política(s) social(is) Transversalidade Transversalização Intersetorialidade Administração pública Gestão pública Gestão governamental Política(s) governamental(is) Política(s) de governo(s) Ação pública Ação(ões) afirmativa(s)
Expressões não combinadas	<i>Gender mainstreaming</i> Política(s) de gênero Política(s) pública(s) de gênero Política(s) para a(s) mulher(es) Política(s) pública(s) para a(s) mulher(es)	

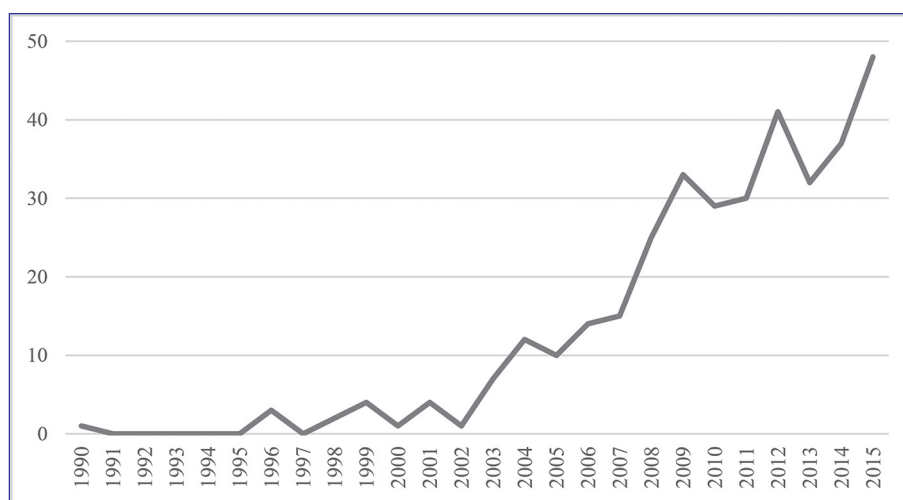
Fonte: Elaborado pelas autoras.

O uso de uma ampla gama de expressões, aliado à não delimitação de campos do texto para a busca, trouxe possibilidades e desafios para este estudo. Por um lado, isso ampliou o escopo do levantamento, permitindo identificar artigos que, embora não abordassem gênero e política pública de forma central, aportavam contribuições aos temas pesquisados. Por outro lado, resultou na inclusão de artigos que não discutiam as temáticas em pesquisa. Isso ocorreu nos casos em que os termos “política(s) pública(s)”, “gênero” ou “mulher(es)” foram utilizados de modo isolado; ou em que havia polissemia dos termos, como o uso de “gênero” com o sentido de grupo de espécies biológicas ou como gênero linguístico. Esses casos foram excluídos do estudo, assim como as resenhas de livro.

Ao final, o *corpus* contou com 349 artigos, distribuídos no período conforme o Gráfico 1. Ressalta-se o crescimento da produção, especialmente após 2002. Isso indica que a valorização das discussões sobre gênero e política pública em âmbito governamental tem sido acompanhada pelo aumento do interesse acadêmico sobre a temática. Observa-se, entretanto, que o *corpus* constitui apenas 0,15% do total de publicações veiculadas nos sistemas no período, estando aproximadamente 90% no SciELO e 10% no SPELL.

Gráfico 1

Distribuição dos artigos analisados no período



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Outra implicação do levantamento foi o acesso a um conjunto de trabalhos heterogêneo, com variações, principalmente, no modo de incorporação das temáticas “gênero” e “política pública”. A partir da análise qualitativa dos textos foi possível identificar regularidades, organizadas em uma tipologia composta por quatro categorias, baseadas no tipo de incorporação dessas temáticas. Em cada uma delas também se observaram: distribuição entre áreas do conhecimento; periódicos com maior número de artigos; distribuição de autorias; temas e segmentos populacionais estudados; e abordagens metodológicas utilizadas (artigo teórico ou teórico-empírico e, no segundo caso, se quantitativo, qualitativo ou ambos). Os artigos coletados no SPELL foram categorizados na área Ciências Sociais Aplicadas e no SciELO, quando pertinente, em mais de uma área.

Para a identificação dos temas e segmentos populacionais, tomou-se como referência as agendas de pesquisa e societário-governamental identificadas por Farah (2004), além dos eixos de ação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013-2015) (BRASIL, 2013). A partir da análise dos dados, incluiu-se o tema “migrantes e imigrantes” e desdobrou-se o tema saúde em “saúde, direitos sexuais e reprodutivos” e “saúde”, incluindo, no segundo, artigos que abordam assuntos como saúde mental, uso e abuso de drogas e nutrição, entre outros. A fim de apreender as interfaces entre as questões tratadas, cada trabalho foi associado a até dois temas e/ou segmentos populacionais, apresentados no Quadro 2.

Quadro 2

Temas e segmentos populacionais abordados nos artigos analisados

Temas	<p>Cultura, comunicação e mídia</p> <p>Desenvolvimento sustentável e direito à terra</p> <p>Educação</p> <p>Esporte e lazer</p> <p>Participação em espaços de poder e decisão</p> <p>Saúde</p> <p>Saúde, direitos sexuais e reprodutivos</p> <p>Trabalho produtivo e reprodutivo e pobreza</p> <p>Transversalidade de gênero e gestão da política</p> <p>Violência</p>
Segmentos populacionais	<p>Idade e questões geracionais</p> <p>Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis (LGBT1)</p> <p>Migrantes e imigrantes</p> <p>Pessoas com deficiência</p> <p>Raça e etnia</p>

Fonte: Elaborado pelas autoras.

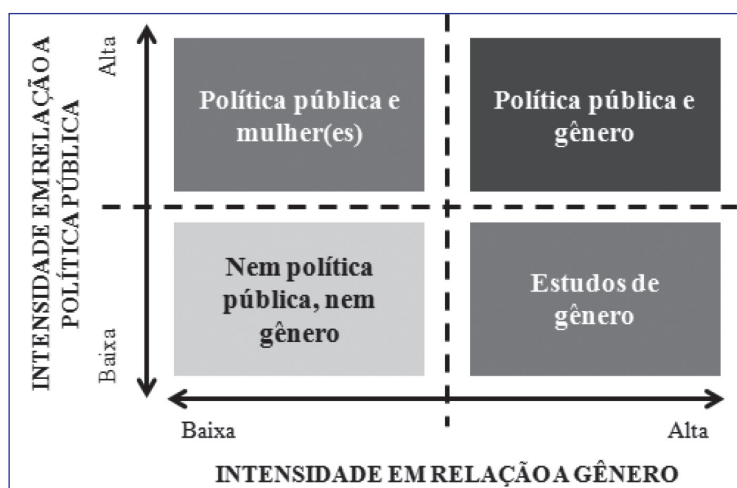
A partir da análise desses elementos foi possível construir as quatro categorias propostas, discutidas na próxima seção.

CATEGORIAS PARA ANÁLISE DE PESQUISAS SOBRE GÊNERO E POLÍTICA PÚBLICA

Foram construídas quatro categorias, considerando as intensidades de incorporação e as intersecções entre as temáticas gênero e política pública (cf. Figura 1).

Figura 1

Categorias para análise de estudos sobre gênero e política pública



Fonte: Elaborada pelas autoras.

¹ Optamos pelo uso da sigla LGBT, por ser a mais recorrente forma de designação empregada no Brasil. Entretanto, reconhecemos que há uma multiplicidade de nomenclaturas em uso, que visibilizam outras representações, e que são igualmente legítimas na construção identitária do movimento.

No eixo “política pública”, foram considerados de alta intensidade artigos que apresentavam uma definição para o conceito, suportada ou não por referências bibliográficas, e/ou os que analisavam uma política pública específica. Os artigos de baixa intensidade, por sua vez, abordavam marginalmente o tema política pública, justificando o estudo a partir de sua importância para o desenvolvimento de ações governamentais e/ou recomendando a criação ou revisão de políticas.

No eixo “gênero” foram considerados de alta intensidade trabalhos que discutiam o conceito e/ou adotavam perspectivas críticas feministas para discussão teórica ou análise de dados, mobilizando categorias centradas em eixos como “direitos sexuais e reprodutivos”, “divisão sexual do trabalho” e “violência e gênero”. Já a baixa intensidade se relacionou com a incorporação das categorias gênero ou sexo como variáveis para desagregação dos dados e/ou como resultados encontrados na pesquisa, não vinculando esses elementos ao debate sobre gênero.

As categorias construídas são analisadas a seguir.

Categoria 1: política pública e gênero

Na primeira categoria, a incorporação das temáticas se baseia, simultaneamente, na discussão conceitual de política pública ou na análise de uma política; e na discussão conceitual sobre gênero ou na adoção de perspectivas críticas feministas para a análise. Nesse grupo, o mais expressivo em termos quantitativos, foram identificados 154 artigos, publicados em 53 periódicos, por 303 autoras(es). Esses estão concentrados principalmente em Ciências Humanas (44%), seguidas pelas Ciências Sociais Aplicadas (22%), Ciências da Saúde (20%) e em mais de uma área (14%).

O eixo estruturador foi a crítica feminista, questionando as desigualdades entre homens e mulheres e a subordinação do feminino. Para tanto, 56 artigos mobilizaram diferentes conceitos de gênero. Foram recorrentes noções que destacam as dimensões social, histórica e relacional do conceito; que o articulam à diversidade sexual e a outras formas de opressão; e que problematizam o binarismo entre sexo e gênero. Outros conceitos também foram empregados, como o de “divisão sexual do trabalho”, “direitos sexuais e reprodutivos” e “violência de gênero”, além do próprio “feminismo”, remetendo à multiplicidade de temas e às disputas teóricas que integram o campo de estudos de gênero. Ademais, a variável “gênero” foi, em regra, incorporada ao desenho metodológico das pesquisas ou considerada central para a análise de resultados, visibilizando a categoria empírica “mulher(es)”.

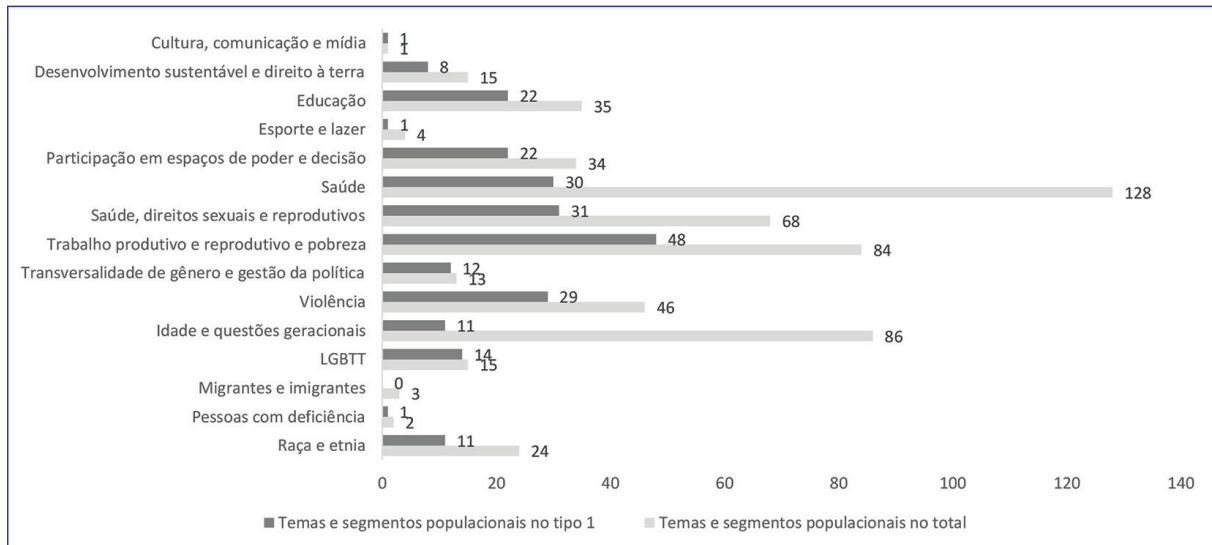
Identificou-se, nessa categoria, uma primeira forma de incorporação das contribuições dos estudos de gênero, em que há centralidade desse conceito ou de outros associados à abordagem feminista (MATOS, 2008). Frequentemente, isso não foi acompanhado pela discussão teórica sobre política pública, sendo que apenas 14 artigos explicitaram o conceito empregado e poucos recorreram a outros conceitos relacionados ao campo, como os de “agenda”, “políticas sociais” ou “ações afirmativas”. Identificaram-se, ainda, alguns artigos que tratavam de especificidades conceituais de políticas públicas para mulheres ou de gênero, principalmente entre os que discutiam a transversalidade de gênero ou a gestão dessas políticas.

Assim, no eixo de política pública prevaleceu a análise empírica de ações estatais em prejuízo da discussão teórica e conceitual, reforçando a limitada apropriação de arcabouços teóricos e abordagens analíticas pelas pesquisas desse campo (FARAH, 2013). A delimitação das políticas públicas estudadas variou, optando-se por focalizar, em alguns casos, uma política, um programa ou uma ação, como o Programa Bolsa Família, a Estratégia Saúde da Família ou o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça. Em outros casos, abordaram-se legislações que instituem políticas na área, como a Lei Maria da Penha ou as licenças maternidade e paternidade. Houve, ainda, análises de setores de políticas públicas, a exemplo das políticas de saúde ou de assistência social.

Em relação aos temas, destacaram-se “trabalho produtivo e reprodutivo e pobreza” e “saúde”, principalmente em articulação com discussões sobre “direitos sexuais e reprodutivos”, como evidencia o Gráfico 2.

Gráfico 2

Frequência dos temas e segmentos populacionais na categoria 1 em relação ao total



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Em relação ao tema “trabalho produtivo e reprodutivo e pobreza”, preponderaram estudos sobre ações afirmativas no trabalho, divisão sexual do trabalho, políticas de inclusão e combate à pobreza e prostituição. A concepção de trabalho empregada não se resumiu às formas assalariadas, também abrangendo o trabalho doméstico não remunerado e os cuidados. A relação mais explorada foi com o tema “participação em espaços de poder e decisão”, discutindo mulheres em cargo de chefia e empoderamento feminino. Observam-se, ainda, interlocuções com o tema “educação”, abordando-se a formação, especialmente de mulheres negras, para o mercado de trabalho e a relação entre autonomia feminina e oferta de educação infantil; com “desenvolvimento sustentável e direito à terra”, destacando-se a atuação de mulheres no campo, na pesca e no extrativismo; e com “idade e questões geracionais”, com ênfase nos cuidados de idosas(os) e de crianças.

Em relação ao tema “saúde, direitos sexuais e reprodutivos”, destacaram-se estudos sobre aborto e contracepção e sobre doenças sexualmente transmissíveis, com ênfase à disseminação e ao tratamento de HIV/aids. E, ainda, artigos sobre sexualidades, com trabalhos que questionam a abordagem patologizante de políticas de saúde para transexuais. No tema “saúde” sobressaem os referentes à saúde da mulher, à prevenção e ao combate ao câncer, à saúde do homem e à saúde mental. Salienta-se a forte interlocução entre os temas “saúde” e “violência”, sendo abordadas interfaces entre políticas dessas áreas. Por fim, nos estudos sobre “violência”, sobressaem reflexões sobre violência de gênero e doméstica.

A principal abordagem metodológica foi a qualitativa, utilizada em 68% dos trabalhos, seguida por trabalhos teóricos (18%), quanti-qualitativos (7%) e quantitativos (7%). Os artigos dessa categoria foram publicados em 53 periódicos, dos quais 30 veicularam apenas um trabalho no período. Na Quadro 3 são destacados os periódicos com maior número de artigos nessa categoria.

Quadro 3

Periódicos com mais de cinco publicações na categoria 1, por número de artigos

Periódico	Número de artigos
<i>Estudos Feministas</i>	29
<i>Ciência e Saúde Coletiva</i>	10
<i>Revista de Administração Pública</i>	9
<i>Revista Katálysis</i>	7
<i>Cadernos Pagu</i>	6
<i>Physis: Revista de Saúde Coletiva</i>	6

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Entre os periódicos com mais do que cinco artigos, destaca-se o campo de estudos de gênero, com artigos da revista *Estudos Feministas* (29) e dos *Cadernos Pagu* (6). No campo de políticas públicas, por sua vez, destaca-se a *Revista de Administração Pública*, com nove artigos no período. Outras revistas associadas ao campo também marcam presença, embora com menor número de artigos, como a *Revista do Serviço Público* (quatro), e os *Cadernos Gestão Pública e Cidadania* (três). Por fim, há ocorrência expressiva de periódicos da área de saúde, que, como visto, é uma das áreas em que sobressai a produção acadêmica sobre uma política setorial.

Em relação às autorias, das 303 autoras(es), 28 possuem mais de um artigo publicado desse tipo, sendo que a autora com maior número de trabalhos teve cinco publicações no período estudado.

Categoria 2: política pública e mulher(es)

Na segunda categoria, a discussão sobre política pública é enfatizada em relação à de gênero. Trata-se de artigos que abordam teórica ou empiricamente ações governamentais, incluindo gênero ou sexo como uma variável para desagregação dos dados ou como categoria empírica. Foi a terceira categoria em presença quantitativa, concentrando 54 artigos, publicados em 33 periódicos, por 164 autoras(es). A maior parte situa-se nas Ciências da Saúde (41%), seguidas pelas Ciências Sociais Aplicadas (26%) e pelas Ciências Humanas (20%).

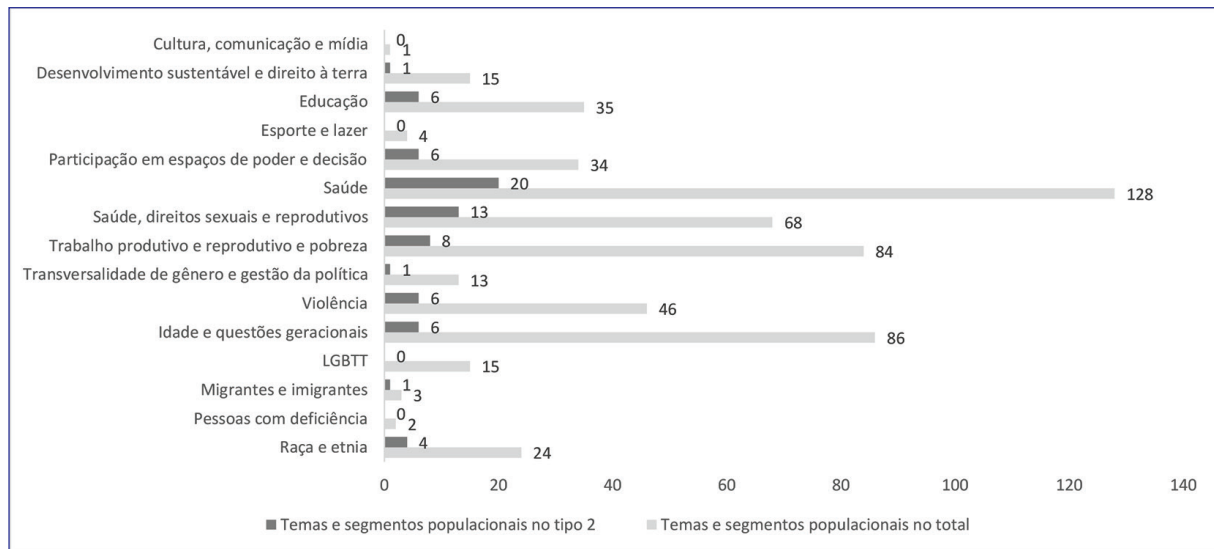
Os artigos desse tipo também privilegiam a análise empírica do “Estado em ação” (O’DONNEL, 1989), focalizando políticas, programas ou ações governamentais específicas. Como no tipo anterior, em geral, não há discussão teórica sobre o tema, sendo que apenas dois artigos empregaram explicitamente o conceito de política pública. No entanto, outros conceitos do campo de pública foram mobilizados, como nas discussões sobre reforma administrativa ou espaços institucionalizados de participação social.

A temática gênero é incorporada ora como uma variável a ser analisada, ora como um achado de pesquisa, contribuindo para entender como as diferenças entre mulheres e homens interagem com os fenômenos estudados ou como determinados fenômenos ou políticas incidem sobre a vida de mulheres. A perspectiva crítica feminista não está presente, preponderando um olhar para especificidades do feminino, tomadas muitas vezes de modo naturalizado (MATOS, 2008) e não relacional, o que justifica a nomenclatura atribuída a essa categoria: política pública e mulheres.

A abordagem qualitativa foi empregada em 46% dos artigos e a quantitativa em 37%, sendo recorrentes recomendações de melhorias em políticas, programas ou serviços voltados às mulheres. Discussões sobre saúde foram as mais abordadas (Gráfico 3).

Gráfico 3

Frequência dos temas e segmentos populacionais na categoria 2 em relação ao total



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Esses trabalhos discutiram principalmente a saúde da mulher, com destaque para estudos sobre saúde mental e materno-infantil. Há, ainda, estudos sobre relações de trabalho e combate à pobreza, embora em menor quantidade do que no tipo 1. Por outro lado, estão ausentes temas como LGBT, abordados, sobretudo, nas categorias 1 e 3, e “pessoas com deficiência”. Contudo, destaca-se a presença de outros segmentos populacionais, como os que abordam ações afirmativas para a população negra ou políticas para a juventude.

Dos 33 periódicos identificados, apenas um possui mais de cinco publicações. Há predominância de periódicos na área da Saúde, o que reflete a maior presença desse tema nessa categoria, com destaque para os *Cadernos de Saúde Pública*, com sete publicações, e a revista *Saúde e Sociedade*, com quatro. Já entre as(os) 164 autoras(es), seis possuem dois artigos nesse tipo.

Categoria 3: estudos de gênero

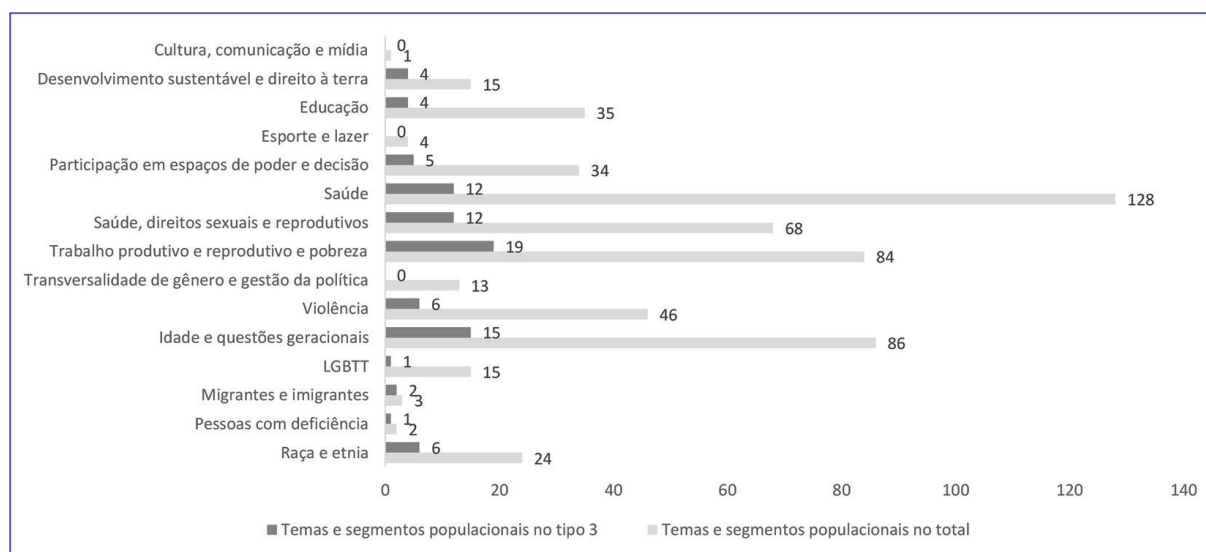
Nesta categoria, a identificação com os estudos de gênero é central, enquanto as discussões sobre política pública são marginais. Os artigos debatem o conceito de gênero ou assumem uma abordagem crítica feminista, evidenciando, inclusive, a participação de movimentos feministas e de mulheres nos processos de mudança social. Restringem-se, contudo, a justificar o estudo a partir de sua importância para o desenvolvimento de políticas públicas ou a indicar que seus resultados podem contribuir para que sejam (re)elaboradas. Assim, aproximam-se, por um lado, da categoria 1, ao incorporar contribuições dos estudos de gênero ao *core* das pesquisas (MATOS, 2008), e, por outro, da categoria 4, ao demandar que suas reflexões sejam consideradas para a redefinição do curso da ação estatal.

Esta categoria reúne 52 artigos, publicados em 33 periódicos, por 130 autoras(es), o que a torna a menor em número de artigos. A maioria está concentrada nas Ciências da Saúde (42%), seguidas pelas Ciências Humanas (35%), Ciências Sociais Aplicadas (13%) e por artigos vinculados a mais de uma área (10%). Apenas três autoras(es) têm mais de um artigo e um periódico tem mais de cinco artigos nesse tipo. Entre as revistas mais frequentes se destacam a *Estudos Feministas* (6) e as relacionadas à saúde, como *Cadernos de Saúde Pública*, *Revista Latino-Americana de Enfermagem* e *Ciência e Saúde Coletiva* (três artigos cada).

A discussão teórica sobre gênero está presente em 22 trabalhos. A perspectiva crítica feminista foi adotada principalmente para a discussão de questões relativas ao mundo do trabalho, seguindo-se “idade e questões geracionais” e outros ligados à “saúde” (Gráfico 4).

Gráfico 4

Frequência dos temas e segmentos populacionais na categoria 3 em relação ao total



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Como no tipo 1, predominaram estudos qualitativos (46%), seguidos de trabalhos quantitativos (23%), teóricos (21%) e que mesclam as abordagens quantitativa e qualitativa (10%).

Categoria 4: nem política pública, nem gênero

Por fim, na quarta categoria estão os artigos que tangenciam tanto as discussões sobre política pública como sobre gênero. No eixo de gênero se incluem casos cujos dados foram desagregados por sexo ou em que se identificou, a partir da pesquisa, que o fenômeno afetava particularmente mulheres. Não houve, contudo, problematização a partir de uma abordagem crítica feminista. Já no eixo de políticas públicas há estudos que são justificados por sua importância para o desenvolvimento de ações governamentais e que incluem recomendações de revisão ou implantação de políticas para lidar com a questão abordada.

Há 89 artigos nessa categoria, publicados em 40 periódicos, por 355 autoras(es), sendo o segundo maior tipo. Destaca-se a concentração de estudos nas Ciências da Saúde (78%), muito superior às Ciências Humanas (8%), Ciências Sociais Aplicadas (6%) ou pertencentes a mais de uma área (9%); 18 autoras(es) publicaram mais de um artigo nesta categoria, sendo que as três pesquisadoras com mais publicações têm três artigos cada. Associada à alta recorrência de artigos nas Ciências da Saúde, observa-se maior concentração de periódicos da área, com destaque para a Revista Brasileira de Epidemiologia e os Cadernos de Saúde Pública, com 16 e 14 artigos, respectivamente (Quadro 4).

Quadro 4

Periódicos com mais de 5 publicações, por número de artigos

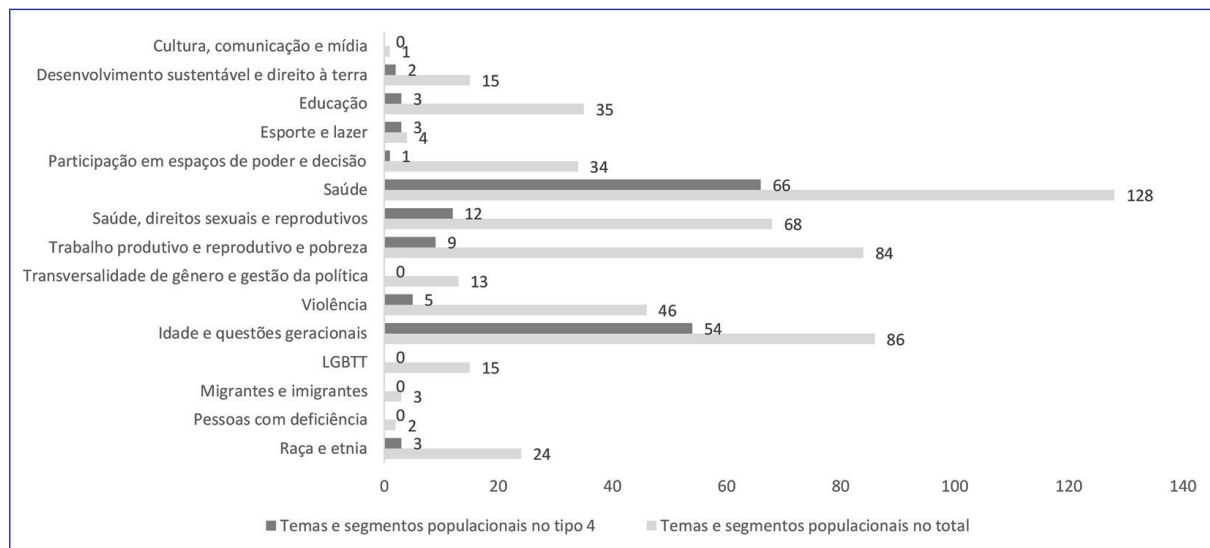
Periódico	Número de artigos
<i>Revista Brasileira de Epidemiologia</i>	16
<i>Cadernos de Saúde Pública</i>	14
<i>Ciência e Saúde Coletiva</i>	6

Fonte: Elaborada pelas autoras.

No mesmo sentido, o tema “saúde” foi o mais abordado, seguido por “idade e questões geracionais”, como ilustrado no Gráfico 5. Destacaram-se estudos sobre saúde de idosas(os), da mulher e materno-infantil, que buscam compreender como determinados fenômenos se comportam em relação a essas variáveis, além de trabalhos sobre uso e abuso de drogas.

Gráfico 5

Frequência dos temas e segmentos populacionais na categoria 4 em relação ao total



Fonte: Elaborado pelas autoras.

A abordagem quantitativa predomina (85%), sendo os estudos estatísticos sobre fenômenos sociodemográficos o eixo estruturador desta categoria. Não há incorporação de perspectivas feministas (MATOS, 2008), sendo gênero tratado como sinônimo de sexo e empregado para compreensão das diferenças entre mulheres e homens, principalmente em relação a outras especificidades, como a idade. Prevalece, nesses artigos, uma visão binária da relação de gênero, sendo ressaltados, sobretudo, os fatores biológicos dessa diferenciação.

Essa marginalidade também se apresenta no eixo de política pública, destacando-se nos trabalhos a perspectiva normativo-prescritiva (PACHECO, 2003). A partir das pesquisas realizadas, recomenda-se que os resultados sejam considerados na reformulação de políticas, na formação de agenda sobre problemas públicos ou, ainda, na especificação de alternativas para solucioná-los. Nesse processo, não se mobiliza o conceito de política pública nem outros conceitos do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscou-se analisar a incorporação articulada das temáticas gênero e política pública por pesquisas acadêmicas. A partir da análise de 349 artigos, identificou-se um conjunto de trabalhos heterogêneo, classificados segundo uma tipologia baseada na forma como essa incorporação ocorre.

Na categoria “política pública e gênero”, referenciais críticos do campo de estudos de gênero são mobilizados para o desenvolvimento de estudos sobre políticas públicas, principalmente qualitativos. Predominam, assim, análises do “Estado em ação”, nas quais as potencialidades teóricas e metodológicas do campo de política pública são pouco exploradas. Produções com esse perfil têm ganhado espaço, em especial nos periódicos dedicados à temática de gênero, como a revista *Estudos Feministas* e os *Cadernos Pagu*. O campo de política pública não tem passado, contudo, incólume a essa discussão, estando presentes nessa categoria, ainda que em menor medida, periódicos como a *Revista de Administração Pública*, a *Revista do Serviço Público* e os *Cadernos de Gestão Pública e Cidadania*. O mesmo se pode afirmar em relação à área de saúde.

A crítica feminista constituiu, também, o eixo estruturador da categoria “estudos de gênero”, adotada para compreensão de diversos fenômenos sociais. A abordagem de política pública, por sua vez, é marginal, limitando-se a evidenciar como dados ou questões discutidas são importantes para pensar a ação estatal. Na categoria “políticas públicas e mulheres” essa relação é invertida, sendo a análise de políticas públicas central e as contribuições dos estudos de gênero secundárias. Nesse contexto, as diferenças entre mulheres e homens aparecem como algo naturalizado e não como decorrência de relações sociais problematizadas a partir da perspectiva feminista. Como no primeiro tipo, predominam artigos empíricos, de pouca densidade teórica no tratamento de políticas públicas.

Por fim, na categoria “nem política pública, nem gênero”, os dois temas são apenas tangenciados. Nesse caso, predomina a análise de fenômenos sociodemográficos e epidemiológicos, principalmente na área da saúde, buscando-se sensibilizar o Estado em relação aos problemas públicos. Observa-se grande presença de pesquisas quantitativas, veiculadas em periódicos da área da saúde, como a *Revista Brasileira de Epidemiologia* e os *Cadernos de Saúde Pública*. A análise se restringe à incorporação do sexo (por vezes intitulada “gênero”) como uma variável para desagregação e análise de dados, referindo-se aos termos gênero e política pública de modo periférico.

O exame das categorias revela, assim, aproximações e distanciamentos entre campos do saber, reafirmando a natureza interdisciplinar dos estudos de gênero e de política pública. No tipo 1, há indícios de uma interpenetração, em curso, entre esses campos, centrada na análise feminista de ações estatais, especialmente nas áreas da saúde e do trabalho. A forma como as temáticas são articuladas evidencia, contudo, que não se pode falar, ainda, de um campo (ou subcampo) de políticas públicas de gênero, no qual teorias e conceitos são interseccionados e incorporados de modo articulado. Isso é reforçado pela grande dispersão de revistas e autoria nessa categoria. Um potencial embrião desse (sub)campo pode ser encontrado nos artigos sobre transversalidade de gênero, nos quais referenciais desses campos são articulados, resultando em ideias compartilhadas, ainda que não sem conflitos, sobre um objeto comum: as políticas públicas de gênero.

Os diferentes enfoques nas categorias 2 e 3 refletem, por sua vez, um distanciamento entre campos. Por um lado, as características do tipo 2 permitem afirmar que esses trabalhos, assim como os do tipo 1, integram o campo de política pública, apresentando, inclusive, fragilidades teórico-metodológicas prevaletentes nesse campo. Trata-se, nesse caso, de uma incorporação secundária de gênero enquanto categoria empírica por estudos de política pública. Por outro, o foco na crítica às desigualdades entre mulheres e homens e a predominância de periódicos dedicados a essa discussão no tipo 3 indicam a vinculação desses trabalhos com o campo de estudos de gênero. Observa-se, portanto, a incorporação secundária de política pública pelos estudos de gênero, limitando-se a uma abordagem normativo-prescritiva. O tipo 4, por fim, aborda marginalmente ambas as temáticas, integrando o campo de estudos sociodemográficos e epidemiológicos.

Nesse cenário, uma primeira agenda de pesquisa a ser explorada refere-se à integração entre referenciais teóricos e metodológicos dos estudos de política pública e gênero. Isso poderia contribuir para a análise e o aprimoramento de políticas públicas para as mulheres e de igualdade de gênero. Os estudos de gênero podem subsidiar o campo de públicas, por meio da revisão de perspectivas epistemológicas e metodológicas e da reflexão crítica sobre fenômenos analisados. Em contrapartida, os estudos de política pública podem contribuir com abordagens teóricas e analíticas que ajudem a descrever e explicar mudanças ocorridas no Estado contemporâneo e em sua relação com a sociedade (FREDERICKSON, 1999). Os dois campos têm denominadores comuns que viabilizam essa aproximação, dentre os quais se destaca a interdisciplinaridade.

Outra possível contribuição da aproximação entre os dois campos seria o desenvolvimento de estudos de política pública em uma perspectiva que interseccione sistemas de diferenciação (CRENSHAW, 2002). Nesse sentido, poderiam assumir centralidade dimensões como raça, etnia, orientação sexual, deficiências, entre outras, discutindo as especificidades de segmentos populacionais para a compreensão e reformulação de políticas. A predominância de artigos com esse enfoque no tipo 1 indica as potencialidades desse olhar para a produção de trabalhos de vertente crítica e feminista. Por fim, destaca-se a importância de abrir espaço para essas discussões em periódicos do campo de política pública e do campo de públicas, impulsionando o desenvolvimento de estudos sobre gênero e política pública.

Este estudo buscou refletir sobre aproximações e distanciamentos entre dois campos científicos interdisciplinares, podendo inspirar estudos sobre essas ou outras temáticas, inclusive em bases internacionais e nas que reúnam teses e dissertações. Entre as limitações, destaca-se o fato das expressões de busca terem por base conceitos datados, sendo produzidas em contextos históricos específicos. Observa-se, também, que o levantamento da produção acadêmica ficou restrito a veículos disponibilizados virtualmente nas bases indicadas, não sendo cobertas outras produções acadêmicas, como as veiculadas em livros e anais de eventos, assim como as produções não acadêmicas, expressivas para a produção de conhecimento sobre política pública e gênero. Isso abre espaço para novos estudos, inclusive com emprego de metodologias quantitativas.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, L. M. **Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**: avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2005.
- BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. **I Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres**. Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2004.
- BRASIL. **II Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres**. Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2008.
- BRASIL. **Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres 2013-2015**. Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.
- COELHO, F. S.; NICOLINI, A. M. Revisitando as origens do ensino de graduação em administração pública no Brasil (1854-1952). **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 2, p. 367-388, 2014.
- COSTA, A. Apresentação. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 6-8.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- FADUL, E. et al. Administração pública no Brasil: reflexões sobre o campo de saber a partir da Divisão Acadêmica da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (2009-2013). **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 5, p. 1329-1354, 2014.
- FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, v. 1, p. 1-20, 2004.
- FARAH, M. F. S. Administração pública e políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 3, p. 813-836, 2011.
- FARAH, M. F. S. A contribuição da administração pública para a constituição do campo de estudos de políticas públicas. In: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos A. P. de (Org.). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo/Rio de Janeiro: Ed. Unesp/Ed. Fiocruz, 2013. p. 91-126.
- FARAH, M. F. S. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”. **Revista de Administração Pública**, v. 50, p. 959-979, 2016a.
- FARAH, M. F. S. Formação em política pública no Brasil. Das iniciativas pioneiras dos anos 60 à institucionalização do “campo de públicas”. **Estudos Políticos**, v. 49, p. 192-215, 2016b.
- FARIA, C. A. P. de. Implementação: ainda o “elo perdido” da análise de políticas públicas no Brasil? In: FARIA, Carlos Aurélio P. de (Ed.). **Implementação de políticas públicas**: teoria e prática. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012. p. 123-153.
- FORJAZ, M. C. S. A emergência da ciência política no Brasil: aspectos institucionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 35, p. 1-22, 1997.
- FREDERICKSON, H. G. John Gaus lecture: the repositioning of American public administration. **Political Science & Politics**, v. 32, n. 4, p. 701-711, 1999.
- HARAWAY, D. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, v. 22, p. 201-246, 2004.
- HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, v. 1, n. 1, p. 7-32, 1993.
- HASS, P. M. Introduction: epistemic communities and international policy coordination. **International Organization**, v. 46, n. 1, p. 1-35, 1992.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MACHADO, L. Z. Feminismo. Introdução. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (Orgs.). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 9-14.
- MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. de (Orgs.). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo/Rio de Janeiro: Unesp/Fiocruz, 2013.
- MATOS, M. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, p. 333-357, 2008.
- MELO, M. A. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, S. (Ed.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. Ciência política. São Paulo/Brasília, DF: Sumaré/Anpocs/Capes, 1999. 3 v. p. 59-100.
- O'DONNELL, G. Reflexões comparativas sobre políticas públicas e consolidação democrática. In: MOURA, A. S. (Org.). **O Estado e as políticas públicas na transição democrática**. São Paulo/Recife: Vértice/Fundação Joaquim Nabuco, 1989. p. 390-391.
- OSPINA BOZZI, S. M. La administración pública como “comunidad discursiva”: algunas lecciones del caso estadounidense para América Latina. **Reforma y Democracia**, v. 10, p. 85-112, 1998.
- PACHECO, R. S. Administração pública nas revistas especializadas: Brasil, 1995-2002. **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 4, p. 63-71, 2003.
- PAPA, F. C. **Transversalidade e políticas públicas para mulheres no Brasil**: percursos de uma pré-política. 2012. 198 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.
- PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.
- RHODES, R. A. W. Policy network analysis. In: MORAN, M.; REIN, M.; GOODIN, R. E. (Ed.). **The Oxford handbook of public policy**. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 423-445.
- SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE (SCIELO). **Sobre o SciELO**. Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php>>. Acesso em: 02 abr. 2016.
- SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1995.
- SILVEIRA, M. L.; TITO, N. (Orgs.). **Trabalho doméstico e de cuidados**: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2008.

SORJ, B. A Revista *Estudos Feministas* e as políticas públicas: qual relação?. **Estudos Feministas**, v. 16, n. 1, p. 129-130, 2008.

SOUZA, C. Pesquisa em administração pública no Brasil: uma agenda para o debate. **Revista de Administração Pública**, v. 32, n. 4, p. 43-61, 1998.

SCIENTIFIC PERIODICALS ELECTRONIC LIBRARY (SPELL). **Saiba mais**. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

Marta Ferreira Santos Farah

Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP); Professora Titular do Departamento de Gestão Pública da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP), São Paulo – SP, Brasil. Email: marta.farah@fgv.br

Ana Paula Rodrigues Diniz

Doutoranda em Administração Pública e Governo pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP), São Paulo – SP, Brasil. Email: anaprdiniz@hotmail.com

Mariana Mazzini Marcondes

Doutoranda em Administração Pública e Governo pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP), São Paulo – SP, Brasil. Email: mariana.mazzini.m@gmail.com

Laís Menegon Youssef

Graduada em Administração Pública. Pública e Governo pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP), São Paulo – SP, Brasil. Email: laisyoussef@gmail.com

Maria Camila Florêncio da Silva

Doutoranda em Administração Pública e Governo pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP), São Paulo – SP, Brasil. Email: mcamilaflorencio@gmail.com